

Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre

RECEITA MUNICIPAL

Ed. 2º semestre | Agosto de 2026

R\$ 2,2 bilhões

arrecadados pela
Receita Municipal no
1º semestre de 2026

R\$ 440,3 milhões

Porto Alegre atinge marca
histórica na arrecadação
da Dívida Ativa nos
últimos 12 meses

Autorregularização

Meta anual do ISSQN é
superada em apenas 6 meses
e alcança R\$ 37 milhões em
recursos recuperados

**Excelência no
atendimento**

151 mil interações
no semestre e 99%
de satisfação no
atendimento presencial



Programa de regularização
do ISS reforça arrecadação
e prepara Município para a
reforma tributária



RECEITA MUNICIPAL

SECRETARIA
DA FAZENDA

porto
alegre
PREFEITURA





Edição

A Revista da Receita Municipal é uma publicação institucional da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre dedicada a registrar e divulgar informações sobre a gestão tributária da Capital.

O informativo reúne dados, análises e iniciativas relacionadas à arrecadação municipal, modernização administrativa, fiscalização tributária e relacionamento com os contribuintes. Também apresenta resultados, projetos e indicadores que refletem o trabalho desenvolvido pelas equipes da Receita Municipal.

Mais do que um registro de atividades, a revista busca contribuir para a transparência da gestão fiscal e para a difusão de conhecimento sobre administração tributária municipal, valorizando o trabalho técnico dos servidores públicos e o papel da tributação no financiamento das políticas públicas e no desenvolvimento da cidade.

Expediente

Ana Pellini – Secretária Municipal da Fazenda

Fabício das Neves Dameda – Secretário Adjunto da Fazenda

Sandra Marlusa Severo Quadrado – Superintendente da Receita Municipal

Felipe Costa Ramos – Superintendente Adjunto da Receita Municipal

Receita Municipal

Gabriel Von Wackeritt Guedes – Diretor da Divisão de Receita Imobiliária

Otávio Emer Torelly Pereira – Diretor da Divisão de Receita Mobiliária

Daniel Rodrigues Figueiredo – Diretor da Divisão de Arrecadação e Cobrança

Guilherme Silberfarb Costa – Diretor da Divisão de Avaliação Imobiliária

Alexandre Rodrigues de Andrade – Diretor da Divisão de Tributação e Contencioso

Adriano Boff Matias – Coordenador de Atendimento ao Contribuinte

Editoria

Teddy Biassusi – Assessor de Planejamento

Andrei Seidel de Oliveira – Assessor de Planejamento

Assessoria de Comunicação

Elisandra Borba – Jornalista

Fabiano de Llano – Designer Gráfico

Mensagem da Secretária



Ana Pellini
Secretária Municipal da Fazenda

Finanças preparadas para os próximos 50 anos

Administrar uma cidade é lidar com necessidades que crescem e se transformam. A demanda por saúde, educação, assistência, mobilidade, zeladoria e demais serviços públicos é permanente. Ao mesmo tempo, Porto Alegre enfrenta desafios que exigem respostas rápidas e capacidade de planejamento. Estamos vivendo os efeitos de eventos climáticos extremos, incluindo as enchentes que atingiram a cidade e o Estado, além da previsão de um novo El Niño de grandes proporções. Cada situação impõe novos esforços ao Município e amplia a responsabilidade de garantir atendimento à população.

É nesse cenário que a gestão financeira precisa atuar. O trabalho realizado pela Secretaria Municipal da Fazenda tem buscado fortalecer as receitas, aperfeiçoar a fiscalização, recuperar créditos, modernizar processos e qualificar as informações que sustentam as decisões do Município. Não se trata apenas de arrecadar mais, mas de criar condições para enfrentar as necessidades presentes e se preparar para as que virão.

Esse planejamento ganhou uma dimensão ainda maior com a Reforma Tributária. A mudança no sistema de im-

postos representa uma transformação profunda na forma como Estados e municípios arrecadam e participam das receitas. Para Porto Alegre, preparar-se para essa transição é uma tarefa que já começou.

A arrecadação do ISS tem papel importante nesse processo. Os valores arrecadados pelo Município integram a referência utilizada para estabelecer a participação de Porto Alegre na distribuição futura do IBS, imposto que substituirá gradualmente o ISS e o ICMS. Por isso, cada real arrecadado em ISS até o fim de 2026 garante uma melhor posição do Município diante da nova realidade tributária.

Estamos trabalhando para que Porto Alegre atravesse a transição com informação, organização e planejamento. O desafio é garantir recursos para responder às demandas de hoje sem perder de vista as transformações das próximas décadas.

Vamos fazer frente aos gastos crescentes, mas, sobretudo, construir uma gestão financeira preparada para os próximos 50 anos.

Mensagem da Superintendente



Sandra Marlusa Severo Quadrado
Superintendente da Receita
Municipal de Porto Alegre

Uma Receita preparada para o futuro

O primeiro semestre de 2026 reafirma uma convicção que orienta diariamente o trabalho da Receita Municipal de Porto Alegre: resultados consistentes são construídos quando pessoas comprometidas, conhecimento técnico, inovação e propósito caminham juntos.

As páginas desta revista retratam muito mais do que indicadores positivos. Elas contam a história de uma instituição que evolui continuamente para oferecer um serviço público mais eficiente, transparente, digital e orientado às necessidades da sociedade. Cada avanço apresentado é fruto do empenho de servidores que acreditam que a Administração Tributária exerce um papel essencial para o desenvolvimento da cidade.

Alcançamos marcas históricas na arrecadação, na recuperação de créditos e na conformidade tributária. Modernizamos processos, ampliamos serviços digitais, fortalecemos o atendimento ao contribuinte, investimos em inteligência fiscal, consolidamos novas ferramentas tecnológicas e seguimos promovendo uma atuação cada vez mais preventiva, orientadora e baseada em dados. Esses resultados não representam um fim em si mesmos. Eles significam mais capacidade de o Município financiar políticas públicas, investir na cidade e melhorar a vida das pessoas.

Também vivemos um momento singular para a Administração Tributária brasileira. A Reforma Tributária inaugura uma nova realidade institucional e exigirá dos fiscos municipais elevados níveis de integração, tecnologia, governança e capacidade analítica. Estamos nos preparando para esse novo cenário com planejamento, inovação e permanente qualificação das nossas equipes, conscientes de que as decisões tomadas hoje contribuirão para o fortalecimento das finanças municipais nas próximas décadas.

Nada disso seria possível sem o comprometimento dos servidores da Receita Municipal, o apoio da Secretária Municipal da Fazenda, Ana Pellini, do Secretário Adjunto Fabrício Damedá, da Administração Municipal e de todos os parceiros institucionais que compartilham conosco o propósito de construir uma Porto Alegre mais forte, moderna e sustentável.

Seguiremos trabalhando para que a Receita Municipal seja reconhecida não apenas pelos resultados que entrega, mas também pela forma como os alcança: com ética, diálogo, segurança jurídica, inteligência, inovação e respeito ao contribuinte.

Sumário

07

Canais de Atendimento

Informações de contato e canais digitais

09

Arrecadação e Recuperação de Créditos

Recorde na arrecadação da Dívida Ativa

10

Balanço Financeiro

Crescimento real do município, arrecadação própria, de transferências e valores per capita das capitais

13

Receita em alta

Recorde histórico de autorregularização no primeiro semestre de 2026

14

Mediação Tributária

Solução consensual e recuperação de créditos

17

Educação Fiscal e Transparência

Portal de Educação Fiscal e Dados Abertos

17

Programa de Otimização da Arrecadação do ISS

POAISS reforça estratégia de Porto Alegre para a Reforma Tributária

19

Inovação e Inteligência

Fiscalização ativa, automação de guias e geotecnologia

22 e 24

DRI e DRM

Números e destaques das Divisões de Receita Imobiliária e de Receita Mobiliária

26 e 28

DAC e DAI

Números e destaques das Divisões de Arrecadação e Cobrança e de Avaliação Imobiliária

30 e 32

DTC e CAC

Números e destaques da Divisão de Tributação e Contencioso e Coordenação de Atendimento ao Contribuinte

34

Projetos e novidades

CADIN, Transparência Ativa, CNPJ Alfanumérico, Projeto Aero, IA e ContruPOA

Canais de atendimento

Loja de Atendimento

Travessa Mário Cinco Paus, s/nº - Centro
Atendimento Presencial das 9h às 16h.

156+POA

156, opção 4 - Porto Alegre
(51) 3289.0156 - Outras cidades
Atendimento telefônico das 9h às 16h.

WhatsApp

(51) 3289.0156 - Opção Impostos e Tributos

Conte com a Fazenda

contecomafazenda.portoalegre.rs.gov.br

Portal de Atendimento da Fazenda

atendimentofazenda.portoalegre.rs.gov.br

Parcelamento de Dívidas

parcelamentofazenda.portoalegre.rs.gov.br

Ouvidoria

ouvidoria@portoalegre.rs.gov.br

Fazenda na rede

Site: prefeitura.poa.br/smf
Instagram: @fazendapoa

POAISS

Negocie suas dívidas de ISS com até 95% de desconto:
prefeitura.poa.br/poaiss



Torre do Telégrafo - Antigo prédio dos Correios e Telégrafos - Porto Alegre | Imagem tratada digitalmente com IA



Gestão orientada por dados impulsiona novo recorde na cobrança da Dívida Ativa

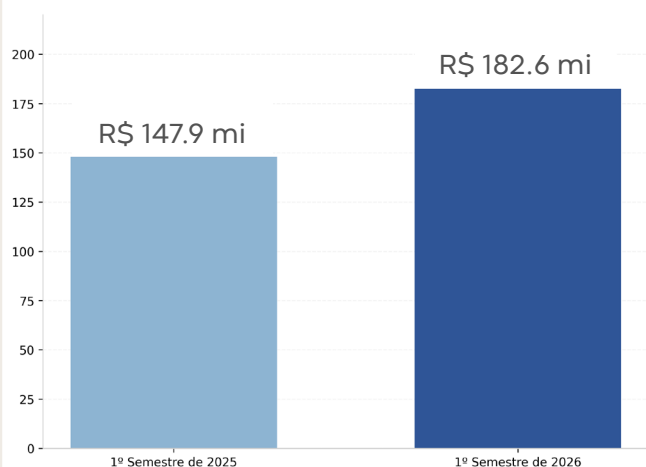
Pela primeira vez na história, o município de Porto Alegre ultrapassou a marca de R\$ 440,3 milhões arrecadados no decorrer nos últimos 12 meses com ações de cobrança da Dívida Ativa (créditos que o Município tem a receber de contribuintes em atraso). O resultado, alcançado pela Divisão de Arrecadação e Cobrança (DAC), representa um crescimento real de 5,29% acima da inflação no período, o que consolida a trajetória de expansão da capacidade arrecadatória da Capital.

Este desempenho histórico é fruto de uma gestão estratégica que utiliza inteligência fiscal e tecnologia. O fortalecimento dos painéis gerenciais no Qlik Sense (ferramenta de análise e monitoramento de dados), aliado à qualificação das bases cadastrais, permitiu tornar a cobrança mais eficiente e estratégica. A intensificação da comunicação direta com os contribuintes por meio de SMS e e-mail também foi fundamental para esse resultado.

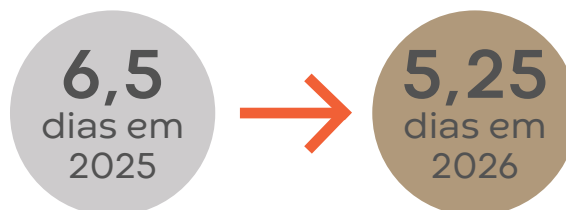
Outro destaque do semestre foi a arrecadação administrativa, realizada antes de a dívida ser encaminhada para cobrança judicial, que totalizou R\$ 182,6 milhões. Esse valor é superior aos R\$ 147,9 milhões registrados no mesmo período de 2025 e reforça a efetividade das medidas de cobrança amigável. Tais ações garantem a recuperação de recursos de forma mais rápida e menos custosa tanto para o cidadão quanto para o Município.

Paralelamente ao aumento da receita, a equipe de cobrança ampliou sua produtividade. Foram realizados 5.584 atendimentos no semestre, enquanto o tempo médio de resposta foi reduzido de 6,5 para 5,25 dias. Isso demonstra que o uso de tecnologia e a gestão baseada em indicadores ampliam a recuperação de recursos e, ao mesmo tempo, melhoram a qualidade do serviço prestado à população.

Evolução da Arrecadação da Dívida Ativa



Eficiência no Atendimento de Cobrança



Ganho de agilidade de 1,25 dia por atendimento



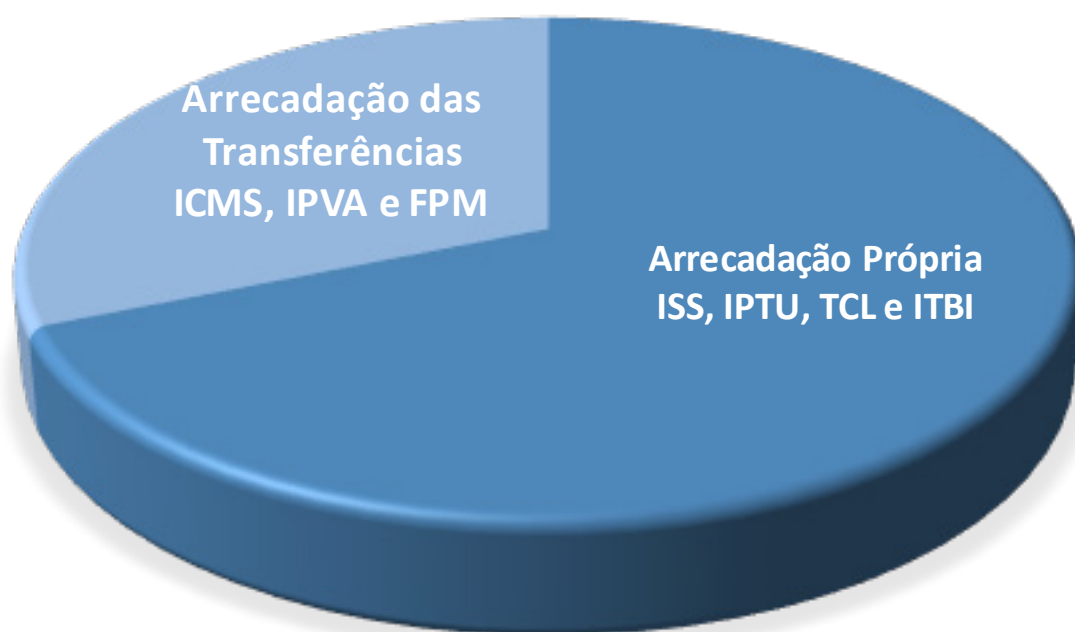
Município registra crescimento real de 6,64% na arrecadação própria no semestre

A arrecadação própria de Porto Alegre encerrou o primeiro semestre de 2026 com um desempenho sólido, totalizando R\$ 2,24 bilhões. O resultado representa um crescimento nominal de 11,25% e um incremento real de 6,64% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que evidencia a eficiência da administração tributária e a resiliência da economia local.

O desempenho foi impulsionado por avanços em todos os principais tributos municipais. O IPTU registrou um crescimento real de 12,15%, enquanto a Dívida Ativa liderou a expansão com um salto real de 15,60%. O ISSQN, principal fon-

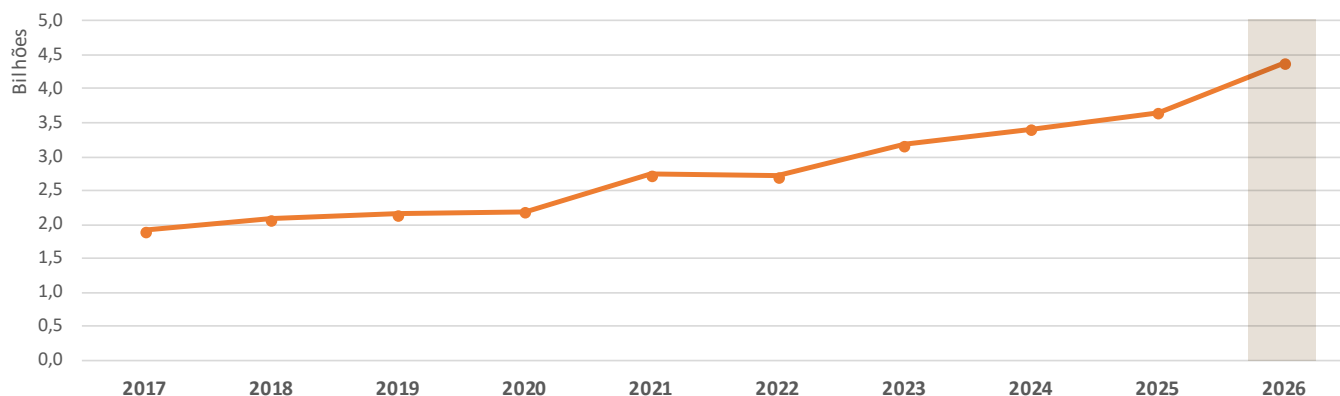
te de receita própria da cidade, manteve sua trajetória de alta com R\$ 945,4 milhões arrecadados no período.

No cenário nacional, Porto Alegre mantém sua posição de destaque. A Capital gaúcha ocupa o 5º lugar no ranking de arrecadação per capita (valor arrecadado por habitante) entre as cidades com mais de 500 mil moradores, com um valor de R\$ 2.535,88 por habitante. Este indicador reafirma a capacidade do Município de gerar recursos próprios para financiar políticas públicas essenciais em áreas como saúde, educação e segurança.

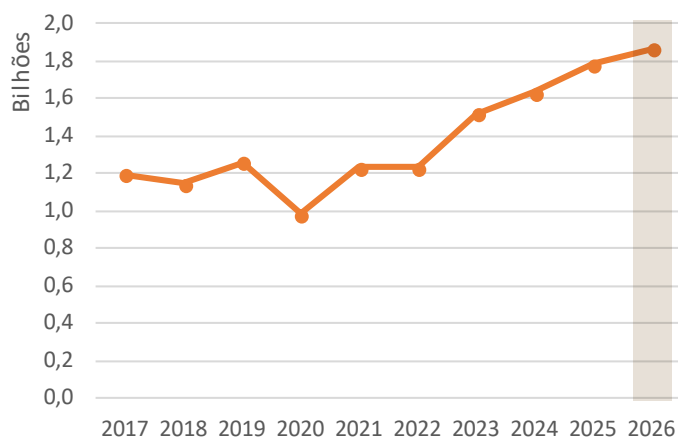


Arrecadação própria | ISS, IPTU, TCL, ITBI, DA

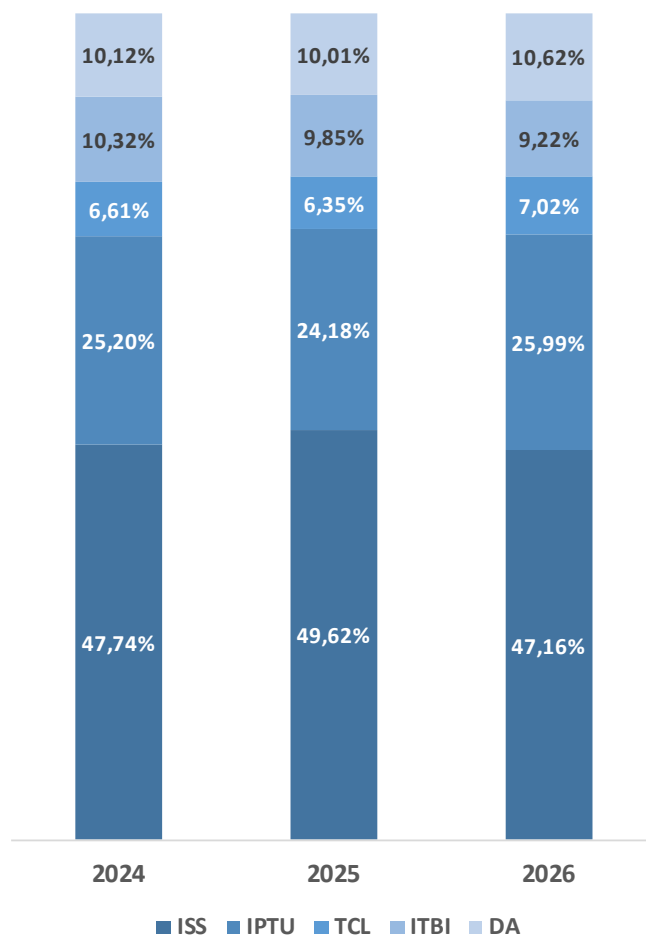
Receita Municipal estima arrecadação própria de mais de R\$ 4,3 bilhões em 2026



Arrecadação Transferências Brutas ICMS, IPVA, FPM



Evolução da Arrecadação Própria ISS representa quase 50% do total



**Receita Administrada
em 2026 (projeção)**

R\$ 6,3 bilhões
em tributos sob gestão
da Receita Municipal

RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Arrecadação Própria (Janeiro a Junho)

Arrecadação Própria	Valor Arrecadado (em R\$ milhões)		Crescimento		Participação	
	1º sem. 2025	1º sem. 2026	Nominal	Real	1º sem. 2025	1º sem. 2026
ISS	R\$ 886,70	R\$ 945,48	6,63%	2,13%	44,03%	42,20%
IPTU	R\$ 606,76	R\$ 708,88	16,83%	12,15%	30,13%	31,64%
TCL	R\$ 167,67	R\$ 184,27	9,90%	5,48%	8,33%	8,22%
ITBI	R\$ 176,20	R\$ 188,54	7,01%	2,42%	8,75%	8,42%
DA	R\$ 176,63	R\$ 213,33	20,78%	15,60%	8,77%	9,52%
Total	R\$ 2.013,96	R\$ 2.240,50	11,25%	6,64%	100%	100%

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Arrecadação das transferências constitucionais (Janeiro a Junho)

Transfer. Constit.	Valor Arrecadado (em R\$ milhões)		Resultado		Participação %	
	1º sem. 2025	1º sem. 2026	Nominal	Real	1º sem. 2025	1º sem. 2026
ICMS	R\$ 381,47	R\$ 396,14	3,85%	-0,51%	39,95%	38,90%
IPVA	R\$ 305,94	R\$ 334,49	9,33%	4,66%	32,04%	32,85%
FPM	R\$ 267,56	R\$ 287,63	7,50%	3,00%	28,02%	28,25%
TOTAL	R\$ 954,97	R\$ 1.018,26	6,63%	2,13%	100%	100%

RECEITA PRÓPRIA PER CAPITA DAS CAPITAIS* - ISS, IPTU E ITBI

* Com população acima de 500 mil habitantes

Capitais	População	Valores Per Capita		Resultado Nominal %	Classificação Per Capita		
		jun/24 mai/25	jun/24 mai/25		jun/24 mai/25	jun/24 mai/25	▼▲
São Paulo - SP	11.904.961	R\$ 5.032,46	R\$ 5.517,58	9,64%	1	1	-
Curitiba - PR	1.830.795	R\$ 2.568,08	R\$ 2.920,72	13,73%	2	2	-
Florianópolis - SC	587.486	R\$ 2.524,25	R\$ 2.844,65	12,69%	3	3	-
Belo Horizonte - MG	2.415.872	R\$ 2.432,56	R\$ 2.653,72	9,09%	4	4	-
Porto Alegre - RS	1.388.794	R\$ 2.329,61	R\$ 2.535,88	8,85%	5	5	-
Rio de Janeiro - RJ	6.730.729	R\$ 2.296,71	R\$ 2.454,49	6,87%	6	6	-
Cuiabá - MT	691.875	R\$ 1.714,42	R\$ 1.839,24	7,28%	8	7	▲
Recife - PE	1.588.376	R\$ 1.537,73	R\$ 1.714,57	11,50%	10	8	▲
Campo Grande - MS	962.883	R\$ 1.508,75	R\$ 1.634,29	8,32%	11	9	▲
Aracaju - SE	630.932	R\$ 1.571,47	R\$ 1.628,99	3,66%	9	10	▼
Natal - RN	784.249	R\$ 1.391,57	R\$ 1.433,54	3,02%	12	12	-
São Luís - MA	1.089.215	R\$ 1.231,72	R\$ 1.373,13	11,48%	13	13	-
João Pessoa - PB	897.633	R\$ 1.023,95	R\$ 1.153,55	12,66%	15	14	▲
Fortaleza - CE	2.578.483	R\$ 1.045,74	R\$ 1.140,42	9,05%	14	15	▼
Manaus - AM	2.303.732	R\$ 965,90	R\$ 1.014,30	5,01%	16	16	-
Belém - PA	1.397.315	R\$ 889,87	R\$ 972,76	9,32%	17	17	-
Porto Velho - RO	517.709	R\$ 664,37	R\$ 687,11	3,42%	18	18	-
Boa Vista - RR	485.477	R\$ 490,20	R\$ 542,73	10,72%	19	19	-

*exceto Salvador/BA e Goiânia/GO.

Recorde histórico de autorregularização no primeiro semestre de 2026

A Equipe de Programação Fiscal e Combate a Ilícitos Tributários (EPFI) alcançou um resultado inédito no primeiro semestre de 2026: mais de R\$ 37 milhões em ISSQN regularizados por meio da autorregularização.

O número supera a meta anual estabelecida em contrato de gestão (R\$ 36 milhões) e já ultrapassa o valor regularizado em qualquer ano completo da série histórica, inclusive períodos com programas de Refis. O mês de junho de 2026 também entrou para a história, com mais de R\$ 11 milhões regularizados, o maior resultado mensal já registrado.

O desempenho é resultado de investimentos em inteligência fiscal, cruzamento de informações, operações conjuntas com a Receita Federal e a entrada de novos auditores na equipe. Para obter resultados e com autonomia, a EPFI atendeu mais de 1.300 empresas no período e consolidou a autorregularização como estratégia principal para aumentar a conformidade tributária e fortalecer a arrecadação municipal sem o aumento de impostos.

Consolidador de NFS-e fortalece a gestão dos créditos tributários

A Divisão de Receita Mobiliária concluiu a consolidação das Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas de 2025, emitindo 2.734 Consolidações de Débitos que totalizam R\$ 74,6 milhões em ISSQN atualizado. O procedimento reúne, em um único documento, os créditos tributários constituídos pelo próprio contribuinte na emissão das notas fiscais e ainda não quitados.

Além de simplificar a regularização pelo contribuinte, a consolidação permite o encaminhamento desses valores ao fluxo de cobrança administrativa e, posteriormente, à inscrição em dívida ativa, tornando mais eficiente a recuperação de créditos tributários e fortalecendo a gestão da receita municipal.



Solução consensual e recuperação de créditos

A Câmara de Mediação e Conciliação Tributária (CMCT-SMF) consolidou-se, no primeiro semestre de 2026, como um instrumento estratégico para a resolução de conflitos fiscais. A continuidade dessa política pública tem modernizado a gestão ao aproximar o Fisco e o contribuinte, assegurando a recuperação de créditos tributários de modo mais célere e sem a necessidade de judicialização.

Entre os casos de destaque no semestre, estão dois acordos realizados com empresas do setor imobiliário e da construção civil, envolvendo valores em torno de R\$ 1,7 milhão.

Segurança jurídica no setor de beleza: o marco da IN 10/2026

Um dos casos mais emblemáticos do período foi a conclusão da mediação coletiva realizada entre o Município e o Sindicato dos Salões de Beleza e Institutos de Beleza do Rio Grande do Sul (Sinca-RS). O processo, construído ao longo de cinco sessões de diálogo entre abril e junho de 2026, resultou na publicação da Instrução Normativa nº 10/2026. A norma regulamenta a incidência do ISSQN sobre os serviços prestados por salões e profissionais

parceiros, solucionando controvérsias históricas sobre o enquadramento das receitas do setor.

A nova regulamentação estabelece que, nos contratos de parceria previstos em lei, o salão recolherá o imposto apenas sobre a parcela da receita que lhe cabe, excluindo os valores repassados diretamente ao profissional parceiro. Além de definir critérios claros para a base de cálculo, a IN 10/2026 instituiu regras para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e criou o Relatório de Apuração de Receitas do Salão-Parceiro. Esta solução consensual não apenas previne litígios futuros, mas oferece segurança jurídica e previsibilidade tributária para centenas de estabelecimentos na Capital.

“A CMCT-SMF vem consolidando o valor público da cultura da consensualidade com a mediação tributária. Essa experiência, além de humanizar o relacionamento entre fisco e contribuinte por meio do diálogo colaborativo, promove, simultaneamente, melhoria na prestação do serviço público e elevação na eficiência administrativa, devolvendo ao município receitas que eram consideradas incertas e que agora podem ser investidas em serviços para a população”, destaca o coordenador da CMCT-SMF, Pierre Zílio Marto Flores.





Encontro Nacional
de Arbitragem e Mediação

IA na Mediação e Arbitragem: Desafios e Oportunidades

Foto: Divulgação CONIMA

Encontro nacional reúne especialistas na Capital

Porto Alegre foi sede, em maio de 2026, do XVII Encontro Nacional de Arbitragem e Mediação do CONIMA (Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem). O evento reuniu representantes do Poder Público, da Magistratura e da Advocacia para discutir o uso da mediação na resolução de conflitos e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade.

A participação da Receita Municipal no encontro reforça a presença de Porto Alegre no debate nacional sobre a modernização das relações entre o poder público e os contribuintes. A experiência do Município, que combina mediação, tecnologia e novos procedimentos, foi apresentada em um espaço de intercâmbio com profissionais e instituições de diferentes áreas.

Capacitação contínua fortalece a atuação da equipe

Para manter a qualidade do trabalho desenvolvido pela Câmara de Mediação e Conciliação Tributária (CMCT-SMF), a Receita Municipal criou, em 2026, o Ciclo de Capacitação Continuada. A iniciativa promove encontros mensais para atualização dos mediadores e troca de experiências sobre os desafios das negociações tributárias. Os encontros abordam temas técnicos e jurídicos, além de comunicação, negociação e gestão de con-

flitos, com a participação de especialistas convidados e acadêmicos. A proposta é manter a equipe preparada para lidar com situações cada vez mais complexas e aprimorar a qualidade dos atendimentos. O investimento na formação dos servidores acompanha a evolução do trabalho da Câmara e contribui para uma atuação cada vez mais qualificada, ágil e alinhada às necessidades da administração tributária e dos contribuintes.



Fotos: Arquivo pessoal | Pierre Zílio Marto Flores



Portal fortalece a Educação Fiscal em Porto Alegre

A Educação Fiscal é um importante processo de conscientização social, que contribui para a formação de cidadãos mais engajados e constitui um dos pilares para a construção de uma relação de confiança e colaboração entre o Município e a sociedade. Neste contexto, a Receita Municipal tem investido no compartilhamento de informações pedagógicas. Esse material está disponível na página Educação Fiscal, no site da SMF.

Mais do que um repositório de informações, a plataforma foi desenhada para disseminar conhecimento sobre a função social dos tributos, explicando de forma clara como os recursos arrecadados são convertidos em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e infraestrutura urbana. O portal, acessível pelo endereço prefeitura.poa.br/smf/educacao-fiscal, integra ações e projetos de cidadania tributária, convidando a socie-

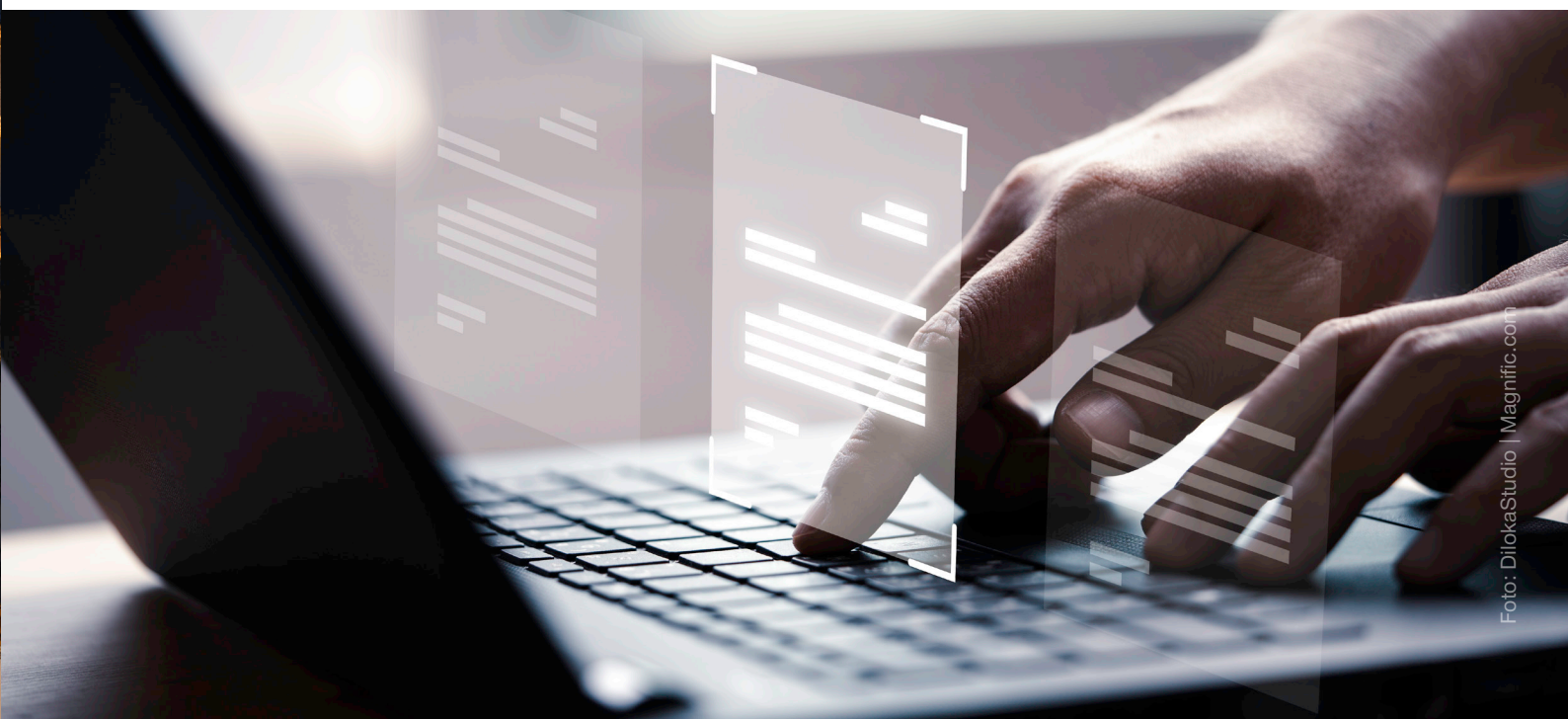
dade a compreender o ciclo orçamentário e a importância da conformidade fiscal para o desenvolvimento de Porto Alegre.



Dados Abertos: transparência na gestão pública municipal

Paralelamente às ações educativas, a SMF expandiu significativamente a oferta de Dados Abertos, consolidando a transparência ativa do município. Pesquisadores, órgãos de controle e a população em geral passaram a ter acesso a informações detalhadas sobre imunidades e benefícios fiscais concedidos no âmbito do ITBI e IPTU. Esta iniciativa permite o acompanhamento rigoroso da aplicação dos incentivos fiscais na Capital, ga-

rantindo que a sociedade possa auditar a eficácia dessas políticas. Todo o processo de abertura de dados foi estruturado para preservar o sigilo dos contribuintes e cumprir integralmente a legislação de proteção de dados (LGPD). As ações de transparência seguem em desenvolvimento e, até o final de 2026, serão divulgadas as informações referentes à Dívida Ativa.





Programa de Otimização da Arrecadação do ISS

POAISS reforça estratégia de Porto Alegre para a Reforma Tributária

A preparação de Porto Alegre para a Reforma Tributária é resultado de um trabalho que vem sendo construído há vários anos pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF). A transformação do sistema tributário brasileiro exige dos municípios capacidade de adaptação, planejamento e fortalecimento de suas estruturas de arrecadação, fiscalização e gestão das receitas.

Nesse processo, a SMF vem aperfeiçoando procedimentos, qualificando mecanismos de cobrança, ampliando ações de autorregularização, fortalecendo equipes e investindo na modernização dos processos tributários. São iniciativas que integram uma estratégia mais ampla de preparação do Município para as mudanças que já começaram e que se estenderão ao longo das próximas décadas.

Em 2026, esse trabalho ganha uma dimensão ainda mais estratégica. A Reforma Tributária estabelece que a receita média do ISS arrecadada pelos municípios entre 2019 e 2026 será considerada na definição da participação de cada ente na distribuição das receitas do Imposto so-

bre Bens e Serviços (IBS) durante o período de transição. Como 2026 é o último ano dessa série histórica, o desempenho da arrecadação do ISS neste exercício assume importância especial para as finanças municipais no processo de transição.

É nesse contexto que se insere o Programa de Otimização da Arrecadação do ISS (POAISS), instituído pela Prefeitura de Porto Alegre e em vigor desde 1º de agosto. O programa integra o conjunto de medidas adotadas pela SMF para ampliar a recuperação de créditos tributários e fortalecer a arrecadação municipal ainda em 2026.

O POAISS permite a regularização de débitos de ISS com redução de até 95% das multas e dos juros para pagamento à vista e de até 90% para pagamento parcelado. Podem ser incluídos débitos inscritos ou não em dívida ativa, créditos anteriormente parcelados, inclusive aqueles cancelados por inadimplência, além de débitos em cobrança judicial e outras modalidades de créditos de ISS previstas na legislação.

Sua oportunidade de regularizar o ISS chegou!

Até 95% de desconto em multas e juros

Adesão de 1º de agosto a 21 de dezembro pelo portal do POAISS



Fiscalização ativa qualifica o Cadastro Imobiliário

A ampliação dos cruzamentos de dados permitiu à Receita Municipal identificar imóveis cuja situação cadastral não correspondia à realidade observada no território. Uma das iniciativas desenvolvidas pela Equipe de Fiscalização do IPTU (EFIP) concentrou-se na análise de imóveis com pedidos de Habite-se indeferidos ou que não apresentaram novo pedido após a conclusão das obras, mesmo já estando ocupados.

A partir do cruzamento dessas informações com os dados cadastrais, foram abertos 188 processos administrativos para revisão dos imóveis identificados. A iniciativa amplia a capacidade de fiscalização ativa e permite direcionar a análise técnica para situações com potencial de atualização cadastral e tributária.

Atualização cadastral gera impacto permanente

Até 16 de julho, o projeto já havia resultado em mais de R\$ 2 milhões em autos de lançamento. Além do resultado imediato, as revisões produziram um incremento estimado de quase R\$ 500 mil por ano na arrecadação de IPTU e TCL. Com a conclusão do processamento de todos os casos, a estimativa é de que o impacto anual nos lançamentos futuros de Carga Geral de IPTU possa superar R\$ 1 milhão.

O resultado demonstra que a fiscalização baseada em dados produz efeitos que vão além da constituição dos créditos identificados. Ao corrigir informações cadastrais, o trabalho contribui para tornar os lançamentos futuros mais aderentes à realidade dos imóveis, ampliar a efetividade da cobrança e fortalecer a justiça fiscal.

Da informação à realidade do imóvel

Um dos casos identificados pelo projeto mostra o impacto que uma atualização cadastral pode produzir. Um imóvel que constava no cadastro apenas como terreno possuía, na realidade, uma garagem comercial com mais de 18 mil m². Após a atualização das informações, o lançamento anual de IPTU e TCL passou de aproximadamente R\$ 27 mil para R\$ 349 mil.

O caso ilustra como o cruzamento de bases e a análise técnica permitem identificar diferenças entre os registros cadastrais e a realidade dos imóveis. Mais do que ampliar a arrecadação, a atualização contribui para uma base cadastral mais confiável e para que a tributação reflita de forma mais adequada as características dos imóveis da cidade.

Automação agiliza emissão de guias de ITBI do programa Minha Casa Minha Vida

A Receita Municipal automatizou a emissão das guias referentes às operações do programa Minha Casa Minha Vida. A sistematização passou a verificar diretamente os requisitos legais aplicáveis a cada operação e, nos casos de isenção, disponibiliza imediatamente as guias ao contribuinte.

A mudança elimina etapas manuais do processo e reduz o tempo necessário para a emissão das guias, tornando o atendimento mais ágil e eficiente. A medida alcança um volume estimado de aproximadamente 10 mil guias por ano, ampliando o impacto da automação sobre o serviço prestado.

Tecnologia libera auditores para atividades de maior complexidade

Além de beneficiar diretamente os contribuintes, a automação permite direcionar a força de trabalho dos auditores para atividades que exigem análise técnica e maior complexidade. A iniciativa integra o processo de modernização da Receita Municipal, que busca utilizar tecnologia para simplificar rotinas, aumentar a eficiência e qualificar a atuação das equipes.

Geotecnologia apoia a atualização contínua do Cadastro Imobiliário

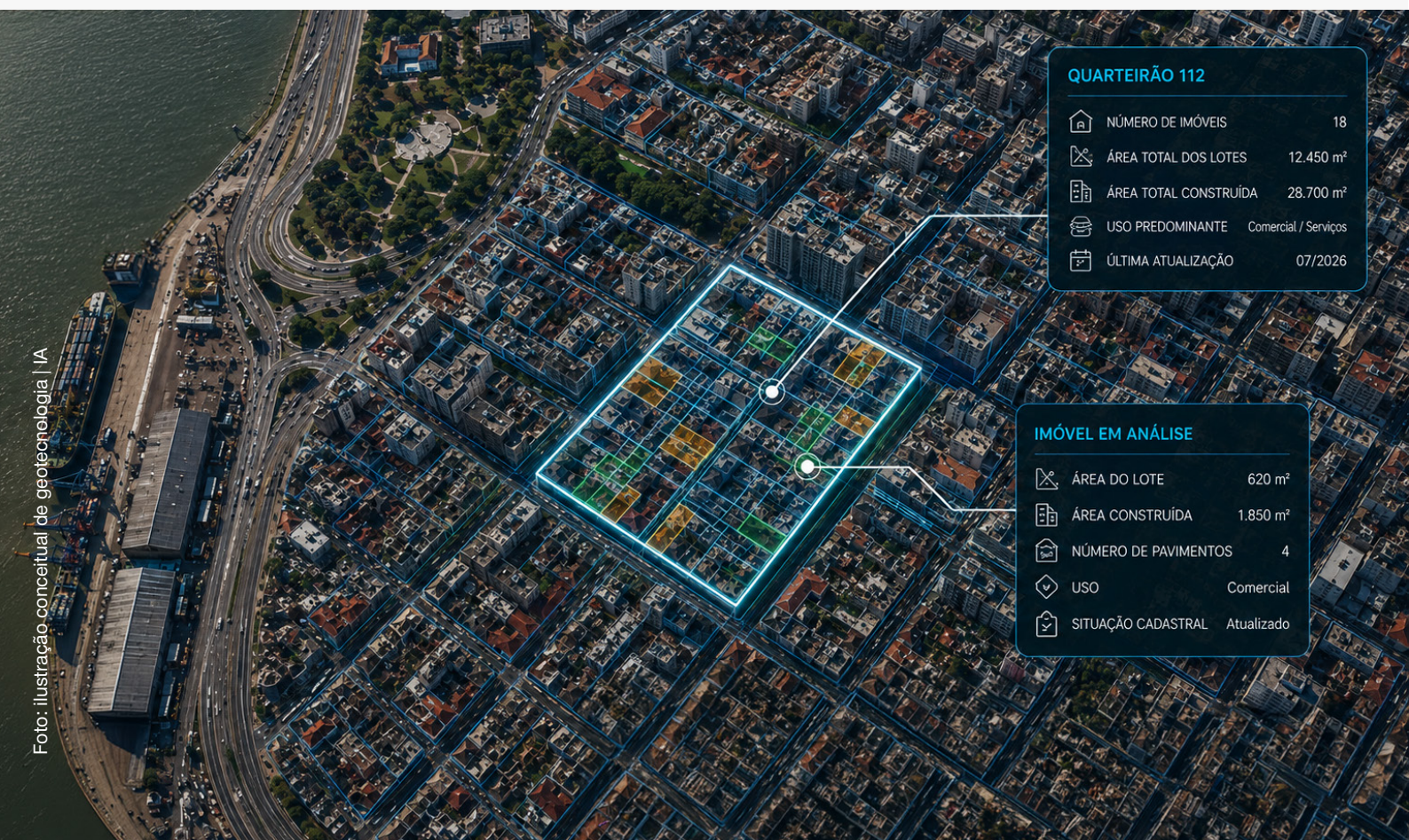
A DRI, por meio da EGEO, vem estruturando iniciativas voltadas à qualificação e atualização contínua do Cadastro Imobiliário, com uso de geotecnologias, bases cartográficas e ferramentas de geoprocessamento. Essa atuação envolve a manutenção da Base Fiscal GEO da SMF e o tratamento e análise de informações geoespaciais para apoiar as atividades da Receita Imobiliária.

Nesse contexto, uma das frentes de trabalho é a modernização da infraestrutura de geoprocessamento da SMF, com a atualização das ferramentas e licenciamentos que dão suporte à Base Fiscal GEO e às aplicações utilizadas para consulta, visualização e análise das informações territoriais. Entre os elementos centrais dessa estrutura está a camada de Lotes Fiscais, que representa espacialmente o Cadastro Imobiliário e permite relacionar os dados cadastrais à localização dos imóveis. É nessa base tecnológica que se insere o GeoFiscalPOA, aplicação geoespacial em processo de consolidação, desenvolvida para substituir a atual aplicação Consultas SMF. A nova ferramenta deve expandir as possibilidades de análise espacial ao reunir informações cadastrais, fiscais e territoriais utilizadas nas atividades da Receita Municipal.

Outra frente é a ampliação das fontes de informação utilizadas para acompanhar as transformações do território. A EGEO vem acompanhando o projeto do Governo Federal que reúne produtos geoespaciais do Rio Grande do Sul, incluindo aerolevantamento, ortofotos e dados laser. A disponibilização desses materiais permitirá avaliar sua aplicação na atualização cadastral e comparar diferentes momentos da cidade de Porto Alegre, contribuindo para identificar alterações que ainda não estejam refletidas no Cadastro Imobiliário e para direcionar eventuais investimentos futuros para necessidades específicas e complementares.

De forma integrada a essas ações, a EGEO estuda a adoção de imagens de satélite de alta resolução em uma rotina de acompanhamento territorial. A proposta é aumentar a frequência de observação das mudanças ocorridas na cidade e criar uma fonte complementar de informação para esse trabalho.

Em conjunto, essas iniciativas ampliam a capacidade da Receita Municipal de acompanhar as transformações do território e manter a Base Fiscal GEO cada vez mais aderente à realidade urbana.



QUARTEIRÃO 112

	NÚMERO DE IMÓVEIS	18
	ÁREA TOTAL DOS LOTES	12.450 m²
	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	28.700 m²
	USO PREDOMINANTE	Comercial / Serviços
	ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO	07/2026

IMÓVEL EM ANÁLISE

	ÁREA DO LOTE	620 m²
	ÁREA CONSTRUÍDA	1.850 m²
	NÚMERO DE PAVIMENTOS	4
	USO	Comercial
	SITUAÇÃO CADASTRAL	Atualizado



Guindaste - Cais Mauá - Porto de Porto Alegre



Avanço na modernização da tributação imobiliária

No primeiro semestre de 2026, a Divisão da Receita Imobiliária concentrou sua atuação na qualificação do Cadastro Imobiliário, na ampliação da fiscalização baseada em dados, na automatização de serviços e na integração das informações utilizadas na administração do IPTU, da TCL e do ITBI.

Na área de fiscalização do IPTU, as atualizações realizadas no Cadastro Imobiliário resultaram na constituição de **R\$ 24,1 milhões em autos de lançamento**, em valores brutos. Quase 90% desse resultado foi proveniente de ações de fiscalização ativa, demonstrando a importância do cruzamento de informações e da atuação orientada por inteligência fiscal.

Uma das novas frentes utilizou informações da SMAMUS para identificar imóveis com pedidos de Habite-se indeferidos ou sem pedido posterior, apesar de já estarem concluídos e ocupados. A iniciativa amplia a confiabilidade do cadastro, proporciona lançamentos mais precisos e contribui para a justiça fiscal e para a recuperação dos créditos tributários.

No ITBI, foram emitidas **24.978 guias**. O tempo médio entre a solicitação e a disponibilização das guias foi de apenas aproximadamente **20 horas**, significativamente inferior ao prazo legal de até três dias úteis.

A Divisão também focou na modernização no contexto das mudanças trazidas pela Reforma Tributária e da

crescente necessidade de integração entre os cadastros imobiliários municipais e as bases nacionais. Nesse cenário, destaca-se a participação no seminário promovido pela FAMURS sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), instrumento que ganha relevância para a padronização, identificação e compartilhamento de informações sobre imóveis e para a adaptação dos municípios ao novo ambiente tributário.

Internamente, a Diretoria também avançou na atualização dos sistemas para que o CIB passe a constar nos documentos gerados pela administração tributária, ampliando a padronização e a rastreabilidade das informações. Paralelamente, o Grupo de Trabalho de modernização do IPTU e do ITBI vem atuando na revisão de processos, sistemas e rotinas, buscando preparar a gestão dos tributos imobiliários para esse novo contexto, com maior integração de dados, eficiência operacional e capacidade de cruzamento de informações.

Paralelamente, foram desenvolvidos estudos e tratativas relacionados ao GeoFiscalPOA, à atualização do ambiente tecnológico da SMF, ao aproveitamento de novos produtos de aerolevantamento e à adoção futura de imagens de satélite de alta resolução. As iniciativas fortalecem o monitoramento das transformações urbanas e criam condições para uma atualização cadastral mais contínua, eficiente e econômica.

Principais resultados IPTU e ITBI

R\$ 24,1 milhões

em autos de lançamento de IPTU decorrentes de atualizações cadastrais

90%

do resultado acima é proveniente de ações de fiscalização ativa

24.978

guias de ITBI emitidas

20 horas

de tempo médio para disponibilização das guias do ITBI



Gabriel Von Wackerritt Guedes
Diretor da Divisão
de Receita Imobiliária

“ Os resultados alcançados no primeiro semestre de 2026 refletem o trabalho integrado das equipes da Divisão da Receita Imobiliária e o compromisso permanente com a modernização da Administração Tributária, especialmente em um contexto de tantas mudanças trazidas pela Reforma Tributária.

Ao combinar conhecimento técnico, integração de dados, automação e novas tecnologias, avançamos na qualificação do Cadastro Imobiliário, na agilidade dos serviços e na precisão dos lançamentos.

Mais do que resultados financeiros, essas iniciativas promovem justiça fiscal, segurança jurídica e um atendimento mais eficiente ao cidadão.

Agradeço e parablenizo todos os servidores que contribuíram para essas entregas. Os avanços apresentados são fruto de um trabalho coletivo e constituem a base para os próximos projetos de modernização do IPTU, da TCL e do ITBI. ”



Aperfeiçoamento das rotinas amplia os resultados da DRM

Toda administração pública busca melhores resultados, e o desafio está em alcançá-los por meio do aperfeiçoamento contínuo da forma de trabalhar. Foi esse o caminho da Divisão de Receita Mobiliária no primeiro semestre de 2026, com uma atuação baseada em inteligência fiscal, revisão de rotinas e valorização da capacidade técnica das equipes.

Esse movimento também se refletiu em projetos estruturantes. Um dos exemplos é a implementação de lançamentos em lote de multas por descumprimento de obrigações acessórias e aperfeiçoados fluxos de fiscalização, ampliando a capacidade de atuação da DRM.

Receita Municipal atua em novas frentes na recuperação de recursos de optantes pelo Simples Nacional

A Supervisão de Fiscalização do Simples Nacional da Receita Municipal de Porto Alegre enviou no dia 10/04/2026 um total de 3.762 Termos de Exclusão do Simples Nacional aos contribuintes que possuíam débitos em aberto com o Município de Porto Alegre. Para evitarem a exclusão e permanecerem no regime do Simples Nacional, os contribuintes devem se regularizar no prazo de 90 dias da data de sua notificação.

Em levantamento parcial realizado no mês de junho de 2026, verificou-se que 619 empresas já haviam se regularizado, total ou parcialmente, resultando em mais de R\$ 2 milhões negociados com o Município.

Tal ação se inclui entre as demais atividades realizadas por esta supervisão nos exercícios de 2025 e 2026, como o desenquadramento em lote de Microempreendedores Individuais que ultrapassaram o limite anual de receita bruta, acompanhada de notificação visando à autorregularização.

Desta forma, a equipe busca alcançar a conformidade tributária dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional estabelecidos em Porto Alegre, garantindo a recuperação de recursos e o cumprimento da justiça fiscal.

Fluxo de liberação de eventos aprimorado e controle do ISS na área de diversões públicas

A Receita Municipal está preparando um conjunto de medidas com intuito de facilitar e otimizar os procedimentos para solicitação de liberação de eventos no município, sendo uma delas a alteração no formulário de Requerimento e sua disponibilização. As mudanças estão previstas na nova redação da Instrução Normativa SMF nº 12/2021, a ser publicada em breve.

A atualização visa aprimorar o acompanhamento das atividades do setor de diversões públicas, espetáculos e entretenimento, garantindo maior organização no fluxo de análise dos pedidos e mais eficiência na fiscalização do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Inteligência fiscal aplicada à conformidade

Equipe de Programação Fiscal e Combate a Ilícitos Tributários (EPFI) encerrou o semestre com resultado histórico: 607 empresas atendidas e R\$ 37 milhões em ISSQN regularizado, superando, em apenas seis meses, todo o valor regularizado durante o exercício de 2025. O desempenho confirma o acerto da mudança de metodologia adotada pela própria equipe no início do ano, com foco em ações mais aprofundadas e de maior potencial de regularização.

A atuação orientada por dados e pelo aperfeiçoamento contínuo dos processos demonstra que eficiência não significa apenas atender maior quantidade de empresas, mas direcionar esforços para aquelas com maior potencial de gerar retorno positivo ao Município. Além da recuperação imediata dos valores, o trabalho fortalece a conformidade tributária, amplia a base de contribuintes que passam a recolher corretamente o ISSQN e gera efeitos positivos permanentes sobre a arrecadação futura.

Especialização e aperfeiçoamento da fiscalização

A Equipe de Fiscalização de ISS (EFIS) manteve atuação nas diversas frentes especializadas de fiscalização do ISSQN, realizando 16 revisões fiscais que resultaram em R\$ 46 milhões em lançamentos tributários, além de 12 revisões de benefícios fiscais. O semestre também foi marcado pela implementação de novos fluxos de trabalho para consolidação dos débitos dos MEIs encaminhados pela Receita Federal, pela notificação de 3.762 contribuintes sujeitos à exclusão do Simples Nacional por débitos municipais, pelo aperfeiçoamento da fiscalização de eventos e pelos avanços do Construpoa, projeto que modernizará o fluxo de declaração e recolhimento do ISSQN na cons-

trução civil por meio da automatização de etapas do procedimento fiscal.

Recorde de ajuste fiscal garante recursos a Porto Alegre

A atuação da Equipe de Fiscalização de Transferências Constitucionais resultou no maior ajuste de Valor Adicionado Fiscal (VAF) já realizado por uma única empresa. Após a rápida identificação da inconsistência e a comunicação ao contribuinte, foram revertidos R\$ 2,69 bilhões em VAF para o Município.

A retificação evitou para Porto Alegre uma redução estimada em R\$ 36 milhões nos repasses de ICMS previstos para 2027, reforçando a importância da atuação preventiva da equipe na proteção das receitas municipais.

Os resultados do primeiro semestre demonstram que a construção de uma administração tributária mais eficiente depende da capacidade de evoluir continuamente. Toda instituição se fortalece quando trata suas rotinas como conhecimento em permanente construção. Esse compromisso orienta a atuação da DRM: aperfeiçoar continuamente suas formas de trabalho, incorporar novas soluções e transformar conhecimento técnico em resultados cada vez mais consistentes para Porto Alegre.



Otávio Emer Torelly Pereira
Diretor da Divisão
de Receita Mobiliária

*“Os números falam por si. Alcançar a meta anual ainda no primeiro semestre, estabelecer um novo recorde mensal e superar, em apenas seis meses, o melhor resultado anual da série histórica são resultados verdadeiramente extraordinários. Mais importante do que os recordes, porém, é a consistência com que eles vêm sendo alcançados. **O desempenho da equipe já não pode ser tratado como algo pontual, mas como consequência de um trabalho técnico sólido e comprometido com os resultados.**”*



Produtividade e efetividade marcam atuação da DAC

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo crescimento da produtividade das equipes que integram a Divisão de Arrecadação e Cobrança. O comparativo com o mesmo período de 2025 mostra evolução em todas as áreas, indicando um desempenho positivo e disseminado entre as diferentes frentes de atuação da divisão. O resultado evidencia a capacidade das equipes de ampliar suas entregas a partir do aperfeiçoamento dos processos e da organização do trabalho.

A Equipe de Execução Judicial (EJUD) apresentou o maior crescimento percentual, com 10,25%, passando de 1.980 para 2.183 atendimentos. Também se destacaram a Equipe de Arrecadação (EARR), com crescimento de 9,68%, e a Equipe de Dívida Ativa e Recuperação de Créditos (EDAT), com 6,79%. Ao todo na divisão, foram realizados 445 atendimentos a mais, representando um crescimento de 8,66% em relação ao ano anterior. A evolução registrada nas diferentes equipes demonstra um movimento de melhoria que alcança as diversas frentes de atuação da divisão, reforçando o compromisso da DAC com a eficiência, o aprimoramento contínuo dos processos e a qualificação das entregas realizadas ao longo do semestre.

Atuação nas execuções fiscais

Além do avanço na produtividade, a EJUD apresentou resultados expressivos na atuação sobre créditos tributários em execução. No primeiro semestre, foram distribuídas 1.104 execuções fiscais, que somaram R\$ 77,8 milhões em créditos, abrangendo ISSQN, DNT, IPTU/TCL e ITBI.

Outra frente de atuação foi a apropriação de valores vinculados a alvarás. Ao longo do semestre, foram concluídos 237 processos, envolvendo R\$ 5,25 milhões em valores apropriados pela EJUD.

Integração entre áreas amplia recuperação de receitas

A atuação diligente e integrada da Equipe de Arrecadação (EARR), em articulação com a PGM, a EFIS/DRM e a CTGM, viabilizou a conversão em renda de alvarás relativos a depósitos judiciais de uma empresa, resultando no ingresso de R\$ 15,4 milhões nos cofres municipais. A iniciativa evidencia a relevância do acompanhamento técnico e da cooperação entre as áreas para a recuperação eficiente de receitas públicas.

Execuções fiscais

1.104

Processos distribuídos no semestre

Créditos em execução

R\$ 77,8 milhões

Valor dos créditos fiscais envolvidos

Depósitos Judiciais

237

processos com alvarás apropriados
(na EJUD)

Dívidas apropriadas

R\$ 5,25 milhões

Valor das dívidas apropriadas
(na EJUD)



Daniel Rodrigues Figueiredo
Diretor da Divisão de
Arrecadação e Cobrança

*“ O primeiro semestre de 2026 reafirma o compromisso da Divisão de Arrecadação e Cobrança com a busca permanente pela excelência na gestão pública. **Os resultados alcançados refletem um trabalho coletivo pautado pelo planejamento, pela inovação e, principalmente, pelo comprometimento diário de cada servidor que integra nossa equipe.***

Ao longo dos últimos anos, buscamos consolidar uma cobrança cada vez mais inteligente, baseada em dados, na modernização dos processos e no fortalecimento da comunicação com os contribuintes. O crescimento da arrecadação administrativa, aliado ao aumento da produtividade e à redução do tempo médio de atendimento, demonstra que é possível ampliar resultados sem abrir mão da qualidade dos serviços prestados.

Agradeço a todos os servidores da Divisão e aos colegas das demais áreas da Receita Municipal que contribuíram para esses resultados. Seguiremos trabalhando com responsabilidade, transparência e compromisso com o interesse público, buscando continuamente aperfeiçoar nossos processos e fortalecer a recuperação dos créditos municipais. ”



Tecnologia aplicada na avaliação imobiliária

A demanda por avaliações imobiliárias em Porto Alegre tem registrado um crescimento contínuo e significativo. Este cenário foi acentuado pelas enchentes de 2024, que ampliaram a consciência dos contribuintes sobre o direito de questionar o valor venal (valor de mercado estimado pela prefeitura) do IPTU, resultando em um maior volume de pedidos de revisão administrativa. Somado a isso, as obras de reconstrução da Capital geraram uma necessidade inédita de desapropriações, processos que exigem avaliações técnicas rigorosas para garantir indenizações justas e viabilizar projetos estruturantes para o Município.

Para responder a este novo contexto, a Divisão de Avaliação de Imóveis (DAI) definiu duas frentes estratégicas de atuação: o reforço do seu quadro técnico e o investimento em tecnologia como aliada para aumentar a eficiência e a capacidade de atendimento. No primeiro semestre de 2026, a divisão recebeu novos engenheiros, uma recomposição fundamental para compensar perdas de servidores nos últimos anos e agilizar o atendimento às demandas da sociedade.

MESA: uma nova plataforma para avaliações imobiliárias

O grande marco tecnológico do período foi a conclusão do desenvolvimento da plataforma MESA (Modelagem Estatística e Sistema de Avaliação). Criado integralmen-

te por servidores da própria divisão, o sistema integra funcionalidades que antes dependiam de softwares especializados de terceiros. A nova ferramenta proporciona maior padronização metodológica, automatização de rotinas e rastreabilidade das análises, garantindo que o conhecimento técnico seja aplicado com maior agilidade, segurança e qualidade. O sistema permanece em evolução contínua, incorporando novos módulos conforme a experiência prática da equipe e as necessidades identificadas.

Modernização da gestão de processos

Além da nova plataforma de avaliação, a DAI está desenvolvendo sistemas de gestão de processos para garantir a otimização de recursos disponíveis, através do melhor acompanhamento e distribuição das demandas e tarefas, com maior controle de prazos. O foco é integrar ferramentas de gestão e o sistema de avaliação, ampliando a digitalização de fluxos de trabalho, e resultando em menos etapas manuais, mais informação qualificada e decisões mais rápidas e seguras.

Revisão de IPTU

289

Inscrições imobiliárias atendidas para análise de revisão administrativa

Avaliações Técnicas

428

Processos de avaliação concluídos pela equipe no semestre

Agilidade Processual

-28%

Redução no tempo médio de tramitação dos processos fiscais



Guilherme Silberfarb Costa
Diretor da Divisão
de Avaliação Imobiliária

*“Ao longo do primeiro semestre de 2026, partimos da percepção de que o trabalho da DAI já havia alcançado um patamar altíssimo de qualidade técnica, construído pela experiência, qualificação e dedicação de sua equipe. No entanto, o crescimento das demandas e a participação cada vez mais relevante da Divisão em projetos prioritários do governo exigiam que essa capacidade pudesse ser reproduzida com mais velocidade e em maior escala. Por isso, enquanto mantinha um ritmo elevado de entregas e seguia atendendo às necessidades da administração e da sociedade, a equipe trabalhou paralelamente na construção de ferramentas de gestão, sistemas e automações voltados à organização dos fluxos, à redução de etapas manuais e ao aumento da produtividade. **A tecnologia foi incorporada não para substituir o trabalho especializado, mas para potencializá-lo, permitindo que o conhecimento técnico da DAI alcance mais processos, com maior agilidade, segurança e qualidade.**”*



Maior celeridade processual e revisão de benefícios fiscais

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um expressivo aumento na demanda processual da Divisão de Tributação e Contencioso (DTC). A Equipe de Contencioso Fiscal Mobiliário (ECFM) registrou aumento de 33,1% no volume de processos recebidos no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, com destaque para os processos de Impugnação do Simples Nacional (+169%), Cancelamento ISS-TP (+147%) e Reclamação tributária de ISS (+66%). Apesar do crescimento da demanda, os prazos de análise dos processos de reclamação e consulta foram mantidos, evidenciando a eficiência dos fluxos de trabalho e o comprometimento da equipe.

IPTU Sustentável: crescimento na adesão

Na Equipe de Contencioso Fiscal Imobiliário (ECFI), o incremento no recebimento de processos foi de 85%. O destaque foi o IPTU Sustentável, programa que oferece descontos de até 10% no imposto para imóveis que adotam práticas ambientalmente sustentáveis, com crité-

rios que envolvem eficiência no uso de água e energia, gestão adequada de resíduos, acessibilidade, mobilidade urbana, entre outras iniciativas voltadas à sustentabilidade. Ao todo, os pedidos envolvem 615 inscrições imobiliárias que estão pleiteando o benefício com vigência a partir de 2027.

Revisão de benefícios de IPTU

A divisão também intensificou as ações de revisão de benefícios fiscais (incentivos que reduzem ou isentam o pagamento de impostos). Ao longo do semestre, a análise de 159 inscrições imobiliárias resultou no cancelamento de 85 benefícios de imóveis que deixaram de atender aos critérios exigidos pela legislação municipal. Essa iniciativa, que resultou no cancelamento de aproximadamente 54% dos processos auditados, é fundamental para garantir que os incentivos fiscais sejam destinados corretamente, promovendo a responsabilidade fiscal e a justiça tributária no município através do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre as renúncias de receitas.

Crescimento na entrada de processos de ISS

33,11%

Crescimento na entrada de processos na unidade de consultas

Benefícios fiscais cancelados após revisão

85

Incentivos fiscais indevidos cancelados após auditoria

IPTU Sustentável

615

Inscrições protocoladas para o benefício em 2027



Alexandre Rodrigues de Andrade
Diretor da Divisão
de Tributação e Contencioso

“ O comprometimento e a dedicação de todos os servidores permitiram manter os prazos de atendimento e assegurar a qualidade das entregas. Todo o esforço refletiu-se diretamente nos resultados alcançados: as metas institucionais da ECFM e ECFI foram cumpridas integralmente. Nesse período, também foram intensificadas as ações de revisão dos benefícios fiscais do IPTU, reforçando nosso compromisso com a conformidade, a responsabilidade fiscal e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre as renúncias de receitas.

Para o segundo semestre, a prioridade continuará sendo o fortalecimento da eficiência operacional e da inovação. Serão intensificadas as iniciativas de revisão e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, e iniciadas ações voltadas à implementação de automações e à utilização estratégica de soluções baseadas em inteligência artificial, com o objetivo de elevar a produtividade, qualificar a tomada de decisões, otimizar a gestão dos processos, prazos e recursos. Por fim, registro meu sincero agradecimento a todos os servidores da DTC, pelo empenho e pela competência demonstrados, que foram essenciais para os resultados alcançados neste semestre. Faço um agradecimento especial à diretoria anterior, composta pela Ione Cubas e Flávia Klein, pelo trabalho de excelência desenvolvido, no acompanhamento das atividades, no apoio às iniciativas e às equipes, bem como pelo legado construído, que possibilitou a continuidade dos trabalhos e contribuiu para os resultados ora apresentados. ”



Excelência no atendimento e o avanço da transformação digital

O primeiro semestre de 2026 consolidou a trajetória de modernização do atendimento na Receita Municipal, alcançando um volume expressivo de 151.227 interações totais. A estratégia de migração para o ambiente eletrônico demonstrou resultados sólidos, com o Portal de Serviços assumindo o protagonismo ao registrar 75.134 atendimentos, o que corresponde a quase metade de toda a demanda do período. A consolidação dos canais remotos, que incluem o WhatsApp da Fazenda e o telefone 156, reflete o compromisso da gestão em oferecer soluções que resultem em um serviço mais eficiente, acessível e ágil para a população de Porto Alegre.

Aumento no autoatendimento

A transformação digital no setor também avançou por meio do autoatendimento presencial. No semestre, foram realizados 9.774 atendimentos através dos totens localizados na Loja de Atendimento, facilitando a emissão rápida de guias, certidões e comprovantes em geral.

Em paralelo, a coordenadoria trabalha no desenvolvimento de novas ferramentas no DTE (Domicílio Tributário Eletrônico), plataforma que permitirá, no futuro, receber e tramitar as demandas dos contribuintes de forma totalmente integrada, eliminando etapas manuais e qualificando o fluxo de conformidade legislativa.

Satisfação no atendimento ao cidadão

Mesmo com o avanço tecnológico, o atendimento presencial manteve sua importância estratégica e seus níveis de aprovação. Foram realizados mais de 48,3 mil atendimentos presenciais, com um índice de satisfação de 99,36%. Os atendimentos virtuais através do Portal de Serviços também têm uma avaliação muito positiva dos contribuintes, registrando no primeiro semestre 83,37% de satisfação.

Quantidade de atendimentos no 1º semestre de 2026

75.134 Portal de Serviços	48.395 Atendimentos presenciais
19.277 Atendimentos por WhatsApp	8.301 Atendimentos telefônicos
120 Atendimentos por e-mails	151.227 Total de Atendimentos CAC
32% Total de Atendimento presencial	68% Atendimentos em canais remotos



Adriano Boff Matias
Coordenador de Atendimento
ao Contribuinte

“Os indicadores comprovam que o setor possui uma operação presencial de excelência, beirando a perfeição com 99% de aprovação. Ao mesmo tempo, a satisfação digital, acima de 83%, mostra que as ferramentas remotas estão atendendo bem à população e absorvendo a maior parte da demanda, indicando que o próximo passo estratégico é elevar a experiência digital para que se aproxime do padrão de excelência já consolidado no atendimento presencial. Em termos de projetos, **a CAC segue trabalhando em cooperação com as demais divisões da Receita Municipal na modernização das suas rotinas de atendimento e conformidade legislativa.**”



O horizonte da Receita Municipal para o 2º semestre

Após um primeiro semestre marcado por resultados históricos e avanços na modernização dos processos, a Receita Municipal de Porto Alegre dará continuidade a projetos estruturantes no segundo semestre. Entre as prioridades está a consolidação do CADIN Municipal (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Municipal). A Assessoria de Projetos (ASSEPRO) já acompanha a inscrição dos primeiros inadimplentes

na plataforma, que permitirá uma gestão da cobrança mais centralizada, eficiente e transparente.

A Receita Municipal também avançará na agenda de Transparência Ativa, com a disponibilização de Dados Abertos referentes à Dívida Ativa. A iniciativa permitirá ampliar o acesso da sociedade a informações sobre a evolução e a composição do estoque de créditos do Município.

Modernização sistêmica e inteligência aplicada ao território

A modernização dos sistemas internos ganhará novo impulso com a implementação completa do CNPJ Alfanumérico, que envolve a integração de mais de 13 sistemas da Secretaria Municipal da Fazenda. A atualização é necessária para garantir a compatibilidade com os novos padrões nacionais de identificação de empresas e preservar a integridade dos dados cadastrais.

Na gestão imobiliária, a Receita trabalha na definição do escopo do Projeto Aero, que utilizará tecnologias de monitoramento aerofotogramétrico e inteligência geográfica para qualificar o Cadastro Imobiliário e ampliar a precisão das informações sobre os imóveis.

A Divisão de Tributação e Contencioso (DTC) também iniciará a implementação de automações e o uso estratégico de soluções baseadas em Inteligência Artificial, com o objetivo de agilizar a análise de processos e qualificar as respostas aos contribuintes, mantendo o rigor técnico e a segurança jurídica.

ConstruPOA amplia a digitalização da regularização de obras

Outra novidade é a nova plataforma eletrônica do ConstruPOA, que modernizará a regularização tributária de obras no Município. A ferramenta passará a receber a Declaração Tributária de Conclusão de Obra, utilizada para informar a conclusão da obra e fornecer os dados necessários à apuração do ISSQN incidente sobre os serviços de construção civil tomados.

A iniciativa amplia a transparência e a segurança jurídica na apuração do ISSQN e aprimora o controle fiscal sobre as atividades do setor, contribuindo para a conformidade tributária.

Integração institucional

A Receita Municipal também seguirá fortalecendo parcerias com órgãos públicos para ampliar o intercâmbio de dados e aumentar a efetividade das ações de fiscalização.



A RECEITA MUNICIPAL A UM CLIQUE DE DISTÂNCIA

Agilidade, transparência e serviços digitais pensados para facilitar a sua vida. Acesse agora e confira!



prefeitura.poa.br/smf/receita-municipal





*A gente **trabalha.**
A vida **melhora.***

SECRETARIA DA FAZENDA

